

A NÃO COINCIDÊNCIA ENTRE LÍNGUA NACIONAL E LÍNGUA MATERNA E SEUS EFEITOS NO ENSINO

M. Onice Payer^{*}

Palavras-chave: ensino de língua, subjetividade, memória.

Introdução

Venho trabalhando sobre leitura e escrita a partir do tema teórico da memória discursiva, no campo de conhecimento da Análise de Discurso, no interior da Lingüística, e em sua relação com a História e a Psicanálise, com foco na relação entre a memória histórica que constitui os sujeitos e a língua, tomando por base fatos empíricos observados em áreas de imigração no Brasil¹.

Neste texto vou situar brevemente as questões teóricas observadas neste campo que dizem respeito à relação entre sujeito e língua, e em seguida farei algumas considerações sobre possibilidades de se lidar de um modo a considerar efetivamente as relações entre a língua e a memória histórica (e “subjetiva”), em seus efeitos no trabalho com a leitura e a escrita.

1. Nacionalização dos imigrantes

Estudando a situação histórica da imigração no que diz respeito à relação entre sujeito e língua, tenho observado, fundamentalmente, a ocorrência de uma *forte tensão entre a língua nacional - enquanto língua difundida e cultivada pelo Estado brasileiro - e as línguas maternas dos imigrantes*. Sem nos atermos aqui aos fatos históricos de interdição das línguas realizados no *processo de nacionalização dos imigrantes*, ressaltamos o modo como o Português, em seu papel de língua nacional, foi cuidadosamente difundido em campanhas oficiais no país, tal como a Campanha de Nacionalização do Ensino Primário nas áreas de densa imigração, nos anos 1930 e 40. Nesse processo, as línguas dos imigrantes foram interpretadas, no jogo político-ideológico de condições específicas, como *línguas nacionais* de outros países presentes no território brasileiro, e como tais foram interditadas, mais explicitamente no contexto conturbado das duas grandes guerras. Estes acontecimentos

^{*} Docente do Núcleo de Pós-graduação da Univas, Pouso Alegre, MG, pesquisadora colaboradora do Labeurb/Unicamp.

¹ Pesquisa apresentada como tese de doutorado em Lingüística, no IEL/UNICAMP, e publicada recentemente com o título de *Memória da Língua, Imigração e nacionalidade* (cf. bibliografia).

funcionaram também, conforme a nossa leitura dos documentos, como um argumento pela nacionalização, que foi decisivo para o processo de nacionalização dos imigrantes, que já se encontrava instalado há muito mais tempo.

Do processo de nacionalização interessa-nos reter, como questão teórica de conseqüências importantes para o ensino, a *relação que se estabelece entre a língua nacional e a língua materna, e seus efeitos no sujeito de linguagem*.

A partir do estudo da relação entre sujeito e língua nesta situação de imigração, foi possível identificar/formular questões que se apresentam de modo mais amplo na relação dos sujeitos com as línguas, nas mais diferentes situações sociais. São questões que, no nosso modo de entender, afetam o âmago de muitos conflitos encontrados nas situações de ensino de língua. A principal dessas questões emerge da característica de *tensão* que se estabelece entre língua materna e língua nacional, seja na história, nas instituições de ensino, mas também, e isto nos interessa, sobretudo, na subjetividade, instância onde a relação com a linguagem e com a língua é fundamentalmente constitutiva.

2. Da relação tensa entre língua nacional e língua materna

Todos sabemos que para os Estados nacionais modernos as línguas nacionais funcionaram como elemento constitutivo da nacionalidade. Parte da formação dos professores de língua, nos cursos de Letras e de Lingüística, constitui-se dos itens referentes à história da formação das línguas nacionais, e de uma dada língua nacional, conforme a especialização do Curso. Na formação das línguas nacionais, como sabemos, *dialetos* foram legitimados como *línguas* e elevados à categoria de *língua nacional*. Além de símbolo da nacionalidade, a língua é mesmo fundadora do Estado, sendo, portanto, minuciosamente cultivada em suas formas cultas, sobretudo no ensino escolar. As recentes pesquisas no campo da história das idéias lingüísticas vêm iluminando muitos aspectos desta relação constitutiva entre língua e Estado, história e sujeito². A língua é, mesmo, enfatizam F. Gadet e M. Pêcheux (1981), “*uma questão de Estado*”. A língua nacional se constitui, portanto, conforme como um elemento central através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade lingüística e realizando a homogeneização lingüística e dos sujeitos, ao instalar a forma de convivência social da cidadania, que tem a característica de se apresentar na forma da *universalidade e da igualdade*. Para se tornar cidadão, afirmam os autores, no Estado nacional, os sujeitos precisam abrir mão dos seus particularismos, de seus costumes locais e

² Conforme as pesquisas desenvolvidas no projeto História das Idéias Lingüísticas, no IEL, UNICAMP, coordenadas por E. Orlandi e E. Guimarães, do qual participamos.

de suas línguas maternas. Desde então, afirma Guimarães (2002; 2005), é a partir da língua nacional que o Estado regula a presença das outras línguas em seu território.

A questão acima apontada por F. Gadet e M. Pêcheux (idem), qual seja, a necessidade que o Estado implementa de “abrir mão” da língua materna para ingressar no regime da universalidade proposto pela racionalidade moderna, através língua nacional preconizada na escola, é uma questão que tomamos a cargo, estudando com algum detalhamento o modo como ela se produz no contexto da imigração, e as marcas que tal injunção imprime nos sujeitos – e que de resto se aplica a outros contextos, como dissemos, consideradas as particularidades. Esta injunção ao esquecimento, necessária, como notamos, afeta o ensino de língua e requer investimentos de atenção. Como professores, todos sabemos bem que aquilo de que se abre mão, na escola, para escrever nas formas mais próprias da língua nacional, faz falta na escrita, na medida em que faz falta no sujeito.

O esquecimento de formas lingüísticas que se tem como evidentes, familiares, maternas, é algo que funciona de modo complexo, atingindo a relação que se tem com os sentidos. Para o aluno na escola, como se inscrever na língua nacional com a mesma fluidez de efeitos de sentido que ocorre em língua materna? Como dar lugar, na escola, a uma relação com o dizer capaz de, ao introduzir algo diverso, considerar de outro modo, diferente do apagamento³, os sentidos mais próprios ao sujeito, considerando sua subjetividade, sua memória, sua história?

Estudos recentes indicam a importância da língua materna⁴, aqui entendida como uma das *dimensões da linguagem na ordem da memória*⁵, nas instâncias formadoras do sujeito, desde a mais tenra idade. *A língua materna é fundante do sujeito*, diz Rêvuz (1998). E ela o é pela apresentação do mundo a esse sujeito através de uma língua, isto é, simbolicamente. Enquanto linguagem, diz esta autora a “chamada língua materna” encontra-se “nas bases mesmas da estruturação psíquica”.

Assim, se pela teoria do discurso compreendemos amplamente que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo (Orlandi, 1999), é importante também considerar o que diz Rêvuz (idem): essa linguagem se encontra nas bases mesmas da estruturação do sujeito, ao *mesmo tempo como instrumento e como matéria dessa estruturação*. É importante ressaltar o

³ Referimo-nos à noção de apagamento, vinculada à de silenciamento, elaboradas por E. Orlandi (1996)

⁴ Ver a este respeito as pesquisas conduzidas por C. Lemos, no IEL/UNICAMP, sobre o papel da mãe na construção e inscrição da língua pela criança, bem como os trabalhos de S. Serrani, M. F. Pereira de Castro e N. Leite. Lidamos neste artigo com conceitos relacionados à língua materna trabalhados por C. Rêvuz.

⁵ Refletimos sobre a língua materna como uma *dimensão da linguagem* em nossa tese de doutorado, e especificamos esta compreensão no artigo “Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna”.

discernimento, sutil, mas muito importante, ao nosso ver, que faz esta autora, entre *a função de estruturação* de que é capaz uma língua (toda língua) e a *materialidade* própria dessa língua⁶.

Para circunscrever o funcionamento da língua materna, C. Revuz (2002) observa que os bebês se encontram sempre *dentro de um universo de fala*, e que desde o início da vida *o psiquismo é trabalhado pela construção de traços mnésicos, pela elaboração e reelaboração destes traços, que são continuamente informados e remodelados pela superposição das mesmas palavras, das mesmas expressões*. Assim, segundo a autora, a língua é indissociável do modo singular pelo qual ela foi encontrada através das falas das pessoas ao seu redor. Por exemplo, a língua pode ser vivenciada, intimamente, como uma língua *que diz o prazer ou o reprova, uma língua que desfere a verdade sobre o mundo e as pessoas ou que, pelo contrário, deixa um espaço para algo não-sabido, não-compreendido, espaço que a fala do sujeito poderá ocupar*". (Idem, p. 26). Desse modo, podemos notar, com a autora, que um primeiro saber sobre a língua é adquirido na família, e na escola, a criança encontra *um outro saber sobre a língua, outras exigências*.

A estas especificações sobre os diferentes modos como a língua funciona para a criança, na família e na escola, acrescentamos a nossa observação de que a língua materna e a língua nacional não coincidem.

Inicialmente, notamos, elas não coincidem nas situações de imigração, e tal como dissemos, ampliando esta observação, elas não coincidem em diversas outras situações. E, estendendo ainda mais esta observação, que nos aparece tão clara no campo empírico, para o campo teórico (se podemos fazer esta distinção assim nitidamente), somos conduzidos pelas análises a compreender que do mesmo modo, é na teoria, sobretudo, que língua nacional e língua materna não coincidem.

Em nosso dispositivo de análise, na pesquisa de doutorado, colocando os termos língua nacional e língua materna em relação para estudar a imigração, fomos levados, não sem dificuldades a contornar, à compreensão de que se trata aí de uma diferença conceitual. Para isso foi necessário não tomar o conceito "língua" unicamente, como algo em si, mas trabalhar as especificações e determinações deste conceito, o que fizemos ao *colocar em*

⁶ No artigo mencionado acima, trabalhamos uma especificação destas noções de *instrumento* e *matéria*. "Por 'matéria' entendemos os conteúdos e formas da língua, próprios a cada língua. Por exemplo, o fato da palavra "sol" ser masculino ou feminino em uma e em outra língua - português, inglês, francês etc (o exemplo vem de Révuz, idem), e assim configurar-se certa relação do sujeito falante com os objetos do discurso (o *sol* é masculino). Ou seja, a língua tem uma dimensão de *matéria* capaz de produzir sentidos. E por 'instrumento' entendemos um *dispositivo* ("em abstrato", diríamos) que funciona em qualquer língua, na medida em que proporciona certos quadros de representações, que torna possível o fato mesmo de que os sujeitos saibam algo através de uma língua" (pág. 118).

relação os termos língua materna e língua nacional, procedimento sem o qual o seu contraste dificilmente poderia ser notado. Tratam-se, portanto, de conceitos teóricos distintos, e não apenas de uma relação entre as línguas.

3. As línguas e a memória dos sujeitos

Diremos mais sobre a não coincidência entre língua nacional e língua materna, a partir do estudo da imigração. Não só estas línguas e estes conceitos não coincidem, como também se encontram em uma forte *tensão* entre si, como temos enfatizado, e estas são observações intimamente associadas.

A tensão entre as línguas se produz na história, enquanto como línguas distintas e concorrentes. E se reproduz na atualidade, pelos efeitos de memória ligadas a elas. Língua nacional e língua materna funcionam *em um batimento*, como temos afirmado (Payer 2006) de um modo tal que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de sua língua materna (familiar) ao de sua língua nacional (da Escola) sem ter de mudar de materialidade lingüística.

Sendo assim, os sujeitos de linguagem, em seus processos de identificação na relação com as línguas e suas memórias, têm que lidar *simultaneamente* com a língua nacional do Estado e a língua materna.

Este reconhecimento tem o valor de desdobrar o funcionamento da língua para um mesmo sujeito. Tanto a língua materna quanto a língua nacional o constitui. Se este desdobramento da língua(gem) pode ser observado mais claramente na imigração, ele pode entretanto ser igualmente encontrado em outras situações, para qualquer sujeito falante.

4. A memória da língua e o ensino

Feitas estas considerações sobre o funcionamento da língua materna e da língua nacional na nossa constituição enquanto sujeitos falantes, passaremos a tratar de outros aspectos da relação entre a língua e a memória, no processo de identificação discursiva do sujeito com as *memórias das línguas*, no ensino.

Em primeiro lugar, é interessante constatar que mesmo com silenciamento das línguas maternas, efetuado a favor da língua nacional, de algum modo as línguas maternas continuam sendo praticadas.

Contudo, além deste modo mais integral de permanência de línguas maternas “apagadas”, há um outro modo, mais difuso, de seu reaparecimento, através do que identificamos como *traços de memória da língua materna apagada*, que se reapresentam na língua atual dos sujeitos. Tomamos a cargo, de nossa parte, como objeto de reflexão, este

outro modo de reaparecimento da língua materna. Embora difusos, os traços de memória da língua podem ser identificados na estrutura da língua atual dos sujeitos, em diversos aspectos lingüísticos, do fonológico ao morfológico, do sintático ao lexical e semântico.

Analisando fatos lingüísticos desta natureza, observa-se entre esses sujeitos brasileiros (“imigrantes”) uma forte relação com a língua materna, que esta encontra um lugar em sua memória – o que de resto indica a presença de uma significativa memória histórica da imigração, que se materializa na forma de língua.

A memória que se materializa na língua é de uma natureza tal que ela joga tanto com a presença (permanência) de marcas lingüísticas quanto com a ausência (esquecimento) da língua. Trata-se de um funcionamento remoto da língua que se dá, para o sujeito, de modo sabido ou não, isto é, de modo representado - quando ele pode identificá-los como tais - ou de modo constitutivo – quando a língua dos antepassados fala nele a sua revelia, como evidências da própria “linguagem”.

Constatamos, pois, que a língua materna “apagada” na história tem um funcionamento discursivo na atualidade, e guarda um lugar na constituição do sujeito de linguagem, de um modo tanto sutil como significativo: um lugar como língua “apagada” mesmo. E é a partir deste lugar, do esquecimento, que ela produz seus efeitos. Trata-se de uma identificação do sujeito com a língua materna, mesmo que ele não a fale mais de modo inteiro. Ou seja, nesse processo de identificação, é através da materialidade da língua (e não do enunciado, ou do conteúdo do discurso) que se estabelece a identificação do sujeito com “o outro” do discurso.

Conclusões: desdobramentos do real da língua

Para concluir, lembramos o texto base deste 16º. Cole, que enfatiza que há muitas armadilhas no mundo contemporâneo, e elas se concretizam às escondidas, enjauladas em palavras, em símbolos, em discursos, e lança a pergunta: “como é possível desenjaular, desvelar, desvendar ou quebrar?”, convidando a uma relação implicada do sujeito com a palavra: “desvendar as palavras, digeri-las e não engolir a força como fazem tantos”.

Pensando assim, expusemos uma questão que nos parece ter um valor real para a sociedade brasileira. Se queremos pensar em possibilidades de uma relação com a língua, na escola, que seja sensível e compreenda o modo como a história predispõe a relação dos sujeitos com a(s) língua(s), é importante considerar estes elementos no campo do ensino de língua. Conhecendo estes desdobramentos da língua(gem), consideramos importante que um “outro objeto” possa vir a constituir-se como “língua”, enquanto objeto de ensino na escola: a língua em suas especificações, determinações, e efeitos de identificação subjetiva e histórica.

Nesta perspectiva, uma direção que nos parece interessante é, na escola, *formular* os sentidos que a língua (seus elementos, seus fragmentos, suas memórias) têm para os sujeitos em sua subjetividade; é considerar os desdobramentos apontado entre as várias dimensões discursivas da língua(gem): língua nacional, língua materna, mas também língua estrangeira, ou estranha, entre outras categorias aí a identificar. O funcionamento da memória nas línguas tem razões históricas específicas, significativas para o sujeito e a sociedade circundante (local, regional, nacional).

Há contextos em que aquilo que entendemos como “língua nacional” se apresenta como absolutamente estranho aos sujeitos, não lhe sendo possível enunciá-la. Por outro lado, encontramos, na leitura que os alunos de áreas rurais do Estado como Minas Gerais fazem de textos de Guimarães Rosa, um comentário como este a respeito da linguagem do personagem de um conto: “Parece que eu estou ouvindo o meu avô falar”⁷.

Neste comentário a realização da possibilidade de o aluno colocar-se em uma conexão outra com a escuta/leitura da língua na especificidade que lhe dá este autor. Quais os limites, na linguagem de G. Rosa, entre a língua nacional e a língua materna dos alunos, não podemos identificar. Mas é certo que ele encontra ali memórias de língua que não têm a forma apenas da língua nacional.

A incompreensão das muitas dimensões discursivas do modo como a língua funciona contribui para a impossibilidade ou dificuldade de trânsito entre as distintas dimensões e materialidades lingüísticas e os seus efeitos de sentido. A possibilidade de um trânsito mais fluido entre esses lugares requer compreender que se tratam de materialidades e dimensões discursivas distintas, de distintos conceitos, que, na escola, é necessário especificar e enfrentar. É improdutivo pretender fazer com que várias dimensões e materialidades lingüísticas ocupem um mesmo lugar, quando elas e eles (os lugares) são múltiplos.

Se, como dissemos, tanto a dimensão materna quanto a nacional constituem o sujeito de linguagem, é a partir dessa dupla inscrição mesmo que elas desafiam, nesse jogo, à questão do ensino da língua. Não se trata de um jogo a resolver, de uma tensão a banir, mas sim de um jogo a compreender e a trabalhar, considerando a dimensão da memória histórica e seu papel na constituição do sujeito.

Se aquilo de que se abre mão para escrever nas formas mais próprias da língua nacional faz falta na escrita, na medida em que faz falta no sujeito, é porque se trata de uma falta simbólica, que é da língua, sim, mas também é da ordem do sujeito, do discurso, da

⁷ Cf. Dissertação de Mestrado em Lingüística de Mary C. Bueno. UNIVAS, 2006.

memória histórica. Não há como suturar esta falta na escrita, se ela não é trabalhada no sujeito.

Ao invés de reproduzir o silêncio em qualquer um destes lados, será mais produtivo *trabalhar* efetivamente a memória da língua no sujeito, levando o aluno a *formular*, a elaborar os efeitos de sentido ligados às formas lingüísticas e às diferentes instâncias discursivas que lhes concernem, a compreender, enfim, não só *a* língua mas também *sobre* a língua, incluindo aquilo que lhe é subterrâneo. E à escola resta arcar com as conseqüências do que daí possa advir. É o modo que vemos, enfim, de lidar de modo efetivo com o *real da língua, do sujeito e da história*.

Referências

- Celada, M.T. (2002) O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira. Campinas: Tese de doutorado, IEL/UNICAMP.
- Courtine, J. -J. – (1981) "O Chapéu de Clémantis". Trad. Bras. in **Os múltiplos territórios da Análise de Discurso**. F. Indursky e M. C. Leandro Ferreira (orgs). Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto.
- _____. "Quelques Problèmes Théoriques et Méthodologiques en Analyse du Discours, à Propos du Discours Communiste Adressé aux Chrétines". **Langages**, 62. Paris: Ed. Larousse, 1981.
- Gadet, F. & Pêcheux, M. [1981] **A língua inatingível**. O discurso na história da Lingüística. Trad. bras. B. Mariani e M. E. C. de Mello. Campinas: Ed. Pontes, 2004.
- Guimarães E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas, Ed. Pontes, 2002.
- _____. "Brasil, país multilingüe". **Ciência e Cultura: Línguas do Brasil**, No. 2, Ano 57. 2005.
- Orlandi, E. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. (org.) **História das idéias lingüísticas**. Campinas: Ed. Pontes; Cáceres, Unemat, 2001
- _____. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- _____. "Identidade Lingüística Escolar". In **Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Inês Signorini (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.
- _____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2001.
- Payer, M. O. **Memória da Língua. Imigração e nacionalidade**. São Paulo, Ed. Escuta, 2006.
- _____. "Entre a língua nacional e a língua materna". **Anais do II SEAD**. Porto Alegre, nov. 2005.

- _____. “Memória da língua e ensino. Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento”. Revista **Organon**, no. 35, Instituto de Letras UFRGS. 2003.
- _____. “Processos de Identificação Sujeito/Língua. Ensino, Língua Nacional e Língua Materna”. In **Política Lingüística**. E. Orlandi (org.), Ed. Pontes. No prelo.
- Pêcheux, M. (1984) "Papel da Memória". In **O papel da memória**. P. Achard et. al. Campinas, Ed. Pontes, 1999.
- Pêcheux, M. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- _____. “A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas”. In F. Gadet e t. Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990(d).
- Revuz, C. “A Língua Estrangeira, entre o Desejo de um Outro Lugar e o Risco do Exílio”. In **Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Inês Signorini (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1988.